

Divulgação de Fraquezas Materiais nos Controles Internos de Companhias Emissoras de ADRs Listadas na NYSE

Autoria

Juliana Vieira Pereira - julianavieirap@yahoo.com.br
CEPCON/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Laura Edith Taboada Pinheiro - ltaboada@face.ufmg.br
CEPCON/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Este estudo teve por objetivo identificar as fraquezas materiais nos controles internos das empresas estrangeiras emissoras de American Depositary Receipts (ADRs), listadas na New York Stock Exchange (NYSE). Como o reporte de fraquezas materiais por parte das empresas não norte-americanas é um tema incipiente, este estudo contribui para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre o assunto. A pesquisa também fornece um panorama sobre o nível de atendimento destas empresas às exigências da SOX. Além disso, outras empresas podem utilizar os achados do estudo para melhorar seus controles internos. Realizou-se uma pesquisa descritiva, por meio de análise documental e abordagem quantitativa e qualitativa dos dados. A amostra reuniu 79 empresas emissoras de ADRs com ações negociadas na NYSE que divulgaram fraquezas materiais nos controles internos sobre relatórios financeiros nos Formulários 20-F referentes ao período de 2006 a 2015. As fraquezas materiais foram classificadas conforme a sua natureza e gravidade. Foram reportadas 364 fraquezas materiais nos Formulários 20-F das empresas estrangeiras. Materiais Básicos foi o setor que apresentou o maior número de fraquezas materiais e a maior parte das empresas são da China, seguidas do Canadá e do Brasil. Quanto à natureza, os três tipos mais recorrentes de fraquezas materiais estão relacionados à preparação das demonstrações contábeis; reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos/passivos e recursos e competências/formação do pessoal de contabilidade. Em relação à gravidade, das 364 fraquezas materiais nos controles internos identificadas, 113 foram consideradas menos graves e 251 foram consideradas mais graves.

Divulgação de Fraquezas Materiais nos Controles Internos de Companhias Emissoras de ADRs Listadas na NYSE

RESUMO

Este estudo teve por objetivo identificar as fraquezas materiais nos controles internos das empresas estrangeiras emissoras de American Depositary Receipts (ADRs), listadas na New York Stock Exchange (NYSE). Como o reporte de fraquezas materiais por parte das empresas não norte-americanas é um tema incipiente, este estudo contribui para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre o assunto. A pesquisa também fornece um panorama sobre o nível de atendimento destas empresas às exigências da SOX. Além disso, outras empresas podem utilizar os achados do estudo para melhorar seus controles internos. Realizou-se uma pesquisa descritiva, por meio de análise documental e abordagem quantitativa e qualitativa dos dados. A amostra reuniu 79 empresas emissoras de ADRs com ações negociadas na NYSE que divulgaram fraquezas materiais nos controles internos sobre relatórios financeiros nos Formulários 20-F referentes ao período de 2006 a 2015. As fraquezas materiais foram classificadas conforme a sua natureza e gravidade. Foram reportadas 364 fraquezas materiais nos Formulários 20-F das empresas estrangeiras. Materiais Básicos foi o setor que apresentou o maior número de fraquezas materiais e a maior parte das empresas são da China, seguidas do Canadá e do Brasil. Quanto à natureza, os três tipos mais recorrentes de fraquezas materiais estão relacionados à preparação das demonstrações contábeis; reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos/passivos e recursos e competências/formação do pessoal de contabilidade. Em relação à gravidade, das 364 fraquezas materiais nos controles internos identificadas, 113 foram consideradas menos graves e 251 foram consideradas mais graves.

Palavras-chave: Controle Interno. Fraquezas Materiais. Empresas Emissoras de ADRs.

1 INTRODUÇÃO

O controle interno tem passado por expressiva ampliação e valorização nos últimos anos, o que se deve, principalmente, à aprovação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e ao aumento das exigências do mercado de capitais quanto à robustez da estrutura de governança corporativa das empresas. A Seção 404 da SOX exige que a alta administração das empresas emita um relatório de avaliação da eficácia de seus controles internos sobre relatórios financeiros, bem como exige que os auditores independentes também atestem a eficácia dos controles. Através desses requisitos de comunicação, Calderon (2012) afirma que os reguladores têm procurado melhorar a qualidade dos relatórios financeiros e reforçar a confiança dos investidores.

Os controles internos sobre os relatórios financeiros de uma entidade são considerados ineficazes se uma fraqueza material é identificada. O *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), órgão criado para supervisionar as empresas de auditoria, define fraqueza material como:

“uma deficiência ou uma combinação de deficiências no controle interno sobre os relatórios financeiros, de modo que há uma possibilidade razoável de que uma distorção relevante nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias não seja prevenida ou detectada em tempo hábil” (PCAOB, 2007).

Estudos anteriores como o de Ge e McVay (2005), Doyle *et al.* (2007) e Calderon (2012) analisaram os tipos de fraquezas materiais nos controles internos divulgados pelas empresas norte-americanas. Outros estudos examinaram várias questões relacionadas com relatórios de fraquezas materiais nas empresas norte-americanas, tais como os seguintes: Ashbaugh-Skaife *et al.* (2009) examinaram as características das empresas que relataram fraquezas materiais; Johnstone, Li e Rupley (2011) avaliaram as mudanças na governança corporativa após o relato de fraquezas materiais; Ashbaugh-Skaife *et al.* (2008) e Hammersley, Myers e Shakespeare

(2008) analisaram as reações do mercado de capitais à divulgação de fraquezas materiais nos controles internos e às características dessas fraquezas sob a seção 302 da SOX; Doyle, Ge e McVay (2007), Chan, Farrell e Lee (2009) e Epps e Guthrie (2010) avaliaram a relação entre fraquezas materiais e a qualidade dos lucros; e Ogneva, Raghunandan e Subramanyam (2007) e Dhaliwal *et al.* (2011) investigaram os efeitos das fraquezas materiais sobre o custo da dívida ou de capital próprio. Entretanto, o cumprimento da SOX é obrigatório também para as empresas de outros países que emitem ADRs, para as quais há poucos estudos.

Diante disso, esta pesquisa procurou responder à seguinte questão: Quais são os tipos de fraquezas materiais nos controles internos sobre relatórios financeiros divulgados por companhias não norte-americanas, neste estudo chamadas de estrangeiras, listadas na Bolsa de Nova Iorque, emissoras de ADRs?

Assim, o objetivo deste estudo foi analisar as fraquezas materiais relatadas nos Formulários 20-F referentes ao período de 2006 a 2016 das empresas emissoras de ADRs e descrever a natureza e a gravidade das fraquezas materiais mais recorrentes.

Este estudo contribui para a literatura sobre controles internos, uma vez que se trata do primeiro trabalho desta natureza com foco em empresas estrangeiras de vários países. A pesquisa também ajuda a esclarecer como as evidências empíricas da literatura sobre controle interno dependem do contexto onde o estudo é desenvolvido, já que o trabalho utiliza uma base de dados diferente dos Estados Unidos. Finalmente, a pesquisa também fornece um panorama sobre o estado do controle interno das empresas estrangeiras emissoras de ADRs, que pode servir como base para outras companhias melhorarem seus controles internos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Controle Interno

De acordo com o Coso (2013), controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações (*operations*), divulgação (*reporting*) e conformidade (*compliance*).

Conforme este *framework*, o controle interno consiste em cinco componentes integrados (ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento), os quais são aplicáveis a cada um dos objetivos (operações, conformidade e comunicação). Todos os componentes devem estar operando em conjunto para reduzir os riscos de não se alcançar os objetivos da organização a um nível aceitável. A Figura 1 apresenta, de forma resumida, cada um dos componentes, bem como os princípios relevantes a estes:

Figura 1: Princípios do COSO (2013)

COMPONENTE	PRINCÍPIOS
<p>Ambiente de Controle</p> <p>(conjunto de normas, processos e estruturas que fornece a base para a condução do controle interno por toda a organização)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A organização demonstra ter comprometimento com a integridade e os valores éticos. 2. A estrutura de governança demonstra independência em relação aos seus executivos e supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno. 3. A administração estabelece as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas na busca dos objetivos. 4. A organização demonstra comprometimento para atrair, desenvolver e reter talentos competentes, em linha com seus objetivos. 5. A organização faz com que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca pelos objetivos.
<p>Avaliação de Riscos</p> <p>(processo dinâmico e interativo para identificar e avaliar os riscos à realização dos objetivos)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 6. A organização especifica os objetivos com clareza suficiente, a fim de permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos. 7. A organização identifica os riscos à realização de seus objetivos por toda a entidade e analisa os riscos como uma base para determinar a forma como devem ser gerenciados.

COMPONENTE	PRINCÍPIOS
	<p>8. A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.</p> <p>9. A organização identifica e avalia as mudanças que poderiam afetar, de forma significativa, o sistema de controle interno.</p>
<p>Atividades de Controle</p> <p>(são ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos à realização dos objetivos)</p>	<p>10. A organização seleciona e desenvolve atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos.</p> <p>11. A organização seleciona e desenvolve atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.</p> <p>12. A organização estabelece atividades de controle por meio de políticas que estabelecem o que é esperado e os procedimentos que colocam em prática essas políticas.</p>
<p>Informação e Comunicação</p> <p>(A informação é necessária para que a entidade cumpra responsabilidades de controle interno a fim de apoiar a realização de seus objetivos)</p>	<p>13. A organização obtém ou gera e utiliza informações significativas e de qualidade para apoiar o funcionamento do controle interno.</p> <p>14. A organização transmite internamente as informações necessárias para apoiar o funcionamento do controle interno, inclusive os objetivos e responsabilidades pelo controle.</p> <p>15. A organização comunica-se com os públicos externos sobre assuntos que afetam o funcionamento do controle interno.</p>
<p>Atividades de Monitoramento</p> <p>(Relacionadas a avaliações contínuas, independentes, ou uma combinação das duas, para certificação do controle interno)</p>	<p>16. A organização seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno.</p> <p>17. A organização avalia e comunica deficiências no controle interno em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, conforme aplicável.</p>

Fonte: COSO (2013)

Os controles internos enquadram-se dentro dos custos de monitoramento. Através do delineamento e da parametrização dos procedimentos que são adotados para assegurar a transparência e a segurança das informações, sejam elas financeiras ou gerenciais, os controles internos contribuem para que os contratos estabelecidos entre as diversas partes envolvidas no negócio sejam harmônicos, sem que seja necessária a medição direta da contribuição de cada parte envolvida.

Conforme Frezatti *et al.* (2009) o controle interno reúne condições para que seja viabilizado, por meio da contabilidade, todo o processo de prestação de contas, dos níveis hierárquicos inferiores à alta administração, desta aos acionistas e dos acionistas à comunidade, servindo de apoio para que se consiga reduzir a assimetria informacional entre o principal e o agente. No entanto, ressalta-se que a existência do sistema de controle interno nas empresas, sob nenhuma hipótese substitui a responsabilidade dos gestores pelos resultados que eles devem gerar, mas induzi-los à tomada de decisão que conduza a empresa à otimização de seus resultados.

2.2 Avaliação do Controle Interno e Fraquezas Materiais

De acordo com a *Auditing Standard* nº 2, emitida pelo PCAOB, as empresas sujeitas às exigências da SEC são obrigadas a incluir, no seu relatório anual, um relatório da administração relativo ao controle interno sobre relatórios financeiros. Este relatório deve conter a avaliação da eficácia dos controles internos a partir do final do ano fiscal mais recente da empresa, incluindo uma declaração indicando se o controle interno é eficaz.

Conforme a *Auditing Standard* nº 5, do PCAOB, corporação criada pelo congresso norte-americano para supervisionar as empresas de auditoria, a avaliação do sistema de controle interno das organizações consiste em testar a eficácia do desenho (verificando se os controles efetivamente podem prevenir ou detectar erros ou fraudes que possam resultar em distorções relevantes nas demonstrações financeiras) e a eficácia do funcionamento dos controles que o

formam (verificando se os controles estão operando como desenhados e se as pessoas que executam estes controles possuem a autoridade e a competência para executá-los).

O COSO (2013, p. 13) pondera que “um sistema de controle interno eficaz proporciona garantia razoável à realização dos objetivos de uma entidade”. Para tanto, cada um dos cinco componentes de controle interno e dos princípios relevantes deve estar *presente e funcionando* e os cinco componentes devem estar operando em conjunto e de uma forma integrada. Neste sentido, *presente* refere-se à determinação de que os componentes e princípios relevantes existem no desenho e na implementação do sistema de controle interno para realizar objetivos específicos. E *funcionando* refere-se à determinação de que os componentes e princípios relevantes continuam a existir durante a aplicação do sistema de controle interno para realizar objetivos específicos.

Segundo o *framework*, esta avaliação deve partir do nível mais detalhado (pontos de foco) para o nível mais geral (componentes). Assim, se os pontos de foco relevantes dos princípios de um determinado componente estão presentes e funcionando, conseqüentemente, os princípios e o componente também estarão. Entretanto, o controle interno não é um processo que se implanta repentinamente em uma empresa e que funciona de forma eficaz em curto prazo. A *Auditing Standard* nº 5 do PCAOB, estabelece requisitos e fornece orientação aos auditores contratados para realizar auditoria de avaliação da eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros. Segundo esta norma, “o controle interno eficaz sobre relatórios financeiros fornece garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras para fins externos”. Se existir uma ou mais deficiências materiais, o controle interno da empresa sobre relatórios financeiros não pode ser considerado eficaz.

Neste sentido, a *Auditing Standard* nº 2, define três tipos de deficiências no controle interno sobre relatórios financeiros, quais sejam: deficiência de controle, deficiência significativa e fraqueza material.

A deficiência de controle existe “quando o desenho ou operação de um controle não permite que administradores ou empregados, no curso normal de execução das suas funções atribuídas, evitem ou detectem erros em tempo hábil” (PCAOB, 2004). Conforme a norma, a deficiência no desenho existe quando: (a) um controle necessário para cumprir o objetivo de controle está em falta; ou (b) um controle existente não está devidamente projetado de modo que, mesmo se o controle operar como desenhado, o objetivo de controle nem sempre é conseguido. A deficiência na operação existe quando um controle desenhado corretamente não funciona conforme projetado ou quando a pessoa que realiza o controle não possui a autoridade ou qualificações necessárias para realiza-lo de forma eficaz.

Uma deficiência significativa é uma deficiência, ou uma combinação de deficiências, no controle interno sobre relatórios financeiros que é menos grave do que uma fraqueza material, mas importante o suficiente para merecer atenção pelos responsáveis pela supervisão dos relatórios financeiros da empresa. (PCAOB, 2007).

A fraqueza material é uma deficiência significativa, ou uma combinação de deficiências significativas, que resulta em mais do que uma probabilidade remota de que uma distorção relevante nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias não seja prevenida ou detectada (PCAOB, 2007). De acordo com a *Auditing Standard* nº 5, a fraqueza material pode existir mesmo quando as demonstrações financeiras não contêm distorções relevantes.

A Figura 2 descreve a avaliação de uma deficiência de controle interno (Ramos, 2004). Como se verifica pelas definições do PCAOB (2007) e pelo diagrama, duas dimensões devem ser consideradas quando se avalia uma deficiência no controle interno, quais sejam: a probabilidade de uma distorção nas demonstrações financeiras e o significado dessa potencial distorção.

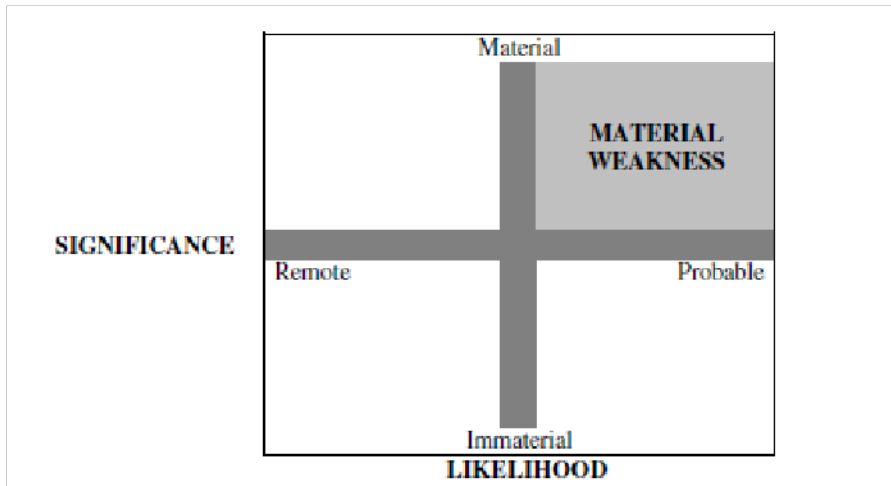


Figura 2: Avaliação de uma Deficiência de Controle

Fonte: Ramos (2004)

As deficiências de controle e as deficiências significativas não precisam ser divulgadas. Entretanto, devido à sua gravidade, quando uma fraqueza material é identificada, os CEOs, os CFOs e os auditores externos devem reportá-la ao mercado.

Segundo a *Auditing Standard* nº 5, a gravidade de uma deficiência depende de dois fatores, quais sejam: se existe uma possibilidade razoável de que os controles da empresa deixarão de prevenir ou detectar uma distorção de um saldo de conta ou divulgação; e a magnitude da distorção potencial resultante da deficiência ou deficiências. Assim, a gravidade de uma deficiência não depende de saber se uma distorção realmente ocorreu, mas em saber se existe uma possibilidade razoável de que os controles da empresa deixarão de prevenir ou detectar uma distorção.

A norma alerta que várias deficiências de controle que afetam o mesmo saldo de conta das demonstrações contábeis ou sua divulgação aumentam a probabilidade de erros e podem, em conjunto, constituir uma fraqueza material, mesmo que tais deficiências possam ser individualmente menos graves. Portanto, deve-se determinar se as deficiências de controle individuais que afetam a mesma conta significativa ou divulgação de afirmação relevante, ou componente de controle interno resultará coletivamente em uma fraqueza material.

A *Auditing Standard* nº 5 ainda aponta indicadores de fraquezas materiais no controle interno sobre relatórios financeiros, os quais incluem: identificação de fraude, mesmo material, por parte da alta administração; reapresentação de demonstrações financeiras emitidas anteriormente para refletir a correção de distorção relevante; identificação, pelo auditor, de uma distorção relevante nas demonstrações financeiras em circunstâncias que indiquem que a distorção não teria sido detectada pelo controle interno da empresa sobre relatórios financeiros; e supervisão ineficaz dos relatórios financeiros externos da empresa e do controle interno sobre relatórios financeiros pelo comitê de auditoria da empresa.

Doss e Jonas (2004) afirmam que as fraquezas materiais nos controles internos põem em risco não só a capacidade da gestão para preparar seus relatórios com qualidade, mas também para controlar o negócio. Assim, a grande implicação de se reportar estas fraquezas é que elas apontam a fragilidade da estrutura de governança corporativa das empresas. Segundo a firma de auditoria KPMG (2007), muito dificilmente uma empresa será bem-sucedida ao oferecer suas ações ou outros títulos mobiliários ao mercado, ou mesmo obterá financiamentos com taxas de juros reduzidas ou investimentos de instituições financeiras, se não demonstrar a sua aderência e aplicação a um mínimo de boas práticas de governança corporativa.

Os estudos anteriores que analisaram os tipos de fraquezas materiais divulgados pelas empresas são os de Ge e McVay (2005), Doyle *et al.* (2007) e Calderon (2012). Ge e McVay (2005) analisaram os tipos de fraquezas materiais relatadas pelas empresas norte-americanas

nos arquivos da *Securities Exchange Commission* (SEC) após a data de vigência da SOX. Os autores apontam que as fraquezas materiais divulgadas estavam relacionadas a contas específicas, treinamento, encerramento do período/políticas contábeis, reconhecimento de receita, segregação de funções, reconciliação de contas, subsidiária específica, administração geral e questões tecnológicas.

Doyle *et al.* (2007) examinaram os determinantes de fraquezas materiais sobre relatórios financeiros nos termos dos artigos 302 e 404 da SOX, no período de agosto de 2002 a agosto de 2005. Os autores utilizam dois sistemas de categorização das fraquezas materiais. A primeira, baseada na categorização da Moody's, empresa de classificação de *ratings*, que propõe que as fraquezas materiais sejam classificadas em uma das seguintes categorias: Tipo A e Tipo B. A fraqueza material Tipo A está relacionada com os controles sobre os saldos das contas específicas ou transação em nível de processos. Esse tipo de deficiência é possível de ser identificada em uma auditoria, sendo dessa forma menos preocupante. A fraqueza considerada Tipo B está relacionada com controles corporativos, tais como o ambiente de controle ou processo de relatório financeiro global, esse tipo é considerado mais preocupante, pois existe um questionamento sobre a capacidade do auditor em realizar uma auditoria em torno desse tipo de problemas.

Calderon (2012) analisou a tendência e a frequência das fraquezas materiais relatadas no período de 2004 e 2010, descrevendo os tipos de fraquezas materiais que mais prevaleceram neste período. O autor verificou que houve uma queda do número de empresas com fraquezas materiais no período. O tipo de fraqueza material predominante foi aquele relacionado à documentação e políticas contábeis, seguido por ajustes materiais ou numerosos do auditor no final do ano e depois por recursos/competência do pessoal de contabilidade. Calderon (2012) atribui este resultado ao fato de que a documentação e as políticas contábeis são uma parte crítica da estrutura de controle interno, sendo que a coerência e a qualidade das demonstrações financeiras são susceptíveis de ser significativamente afetadas pela falta de controles nesta área.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva, por meio de análise de documentos e abordagem quantitativa e qualitativa dos dados. Vergara (2009) explica que a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre as variáveis e definir sua natureza.

A amostra reuniu 79 empresas emissoras de ADRs com ações negociadas na NYSE que divulgaram fraquezas materiais nos controles internos sobre relatórios financeiros nos Formulários 20-F referentes ao período de 2006 a 2015. A SEC divide os emitentes de ações em três categorias para fins de arquivamento de relatórios, cujo prazo varia de acordo com esta categorização, que se baseia no Valor Agregado de Mercado (*Aggregate Worldwide Market Value*), calculado com base no valor de mercado das ações, excluindo-se aquelas em poder de executivos da empresa e controladores, quais sejam: registrante antecipada de grande porte (valor agregado de mercado maior que US\$700 milhões), registrante antecipada (valor agregado de mercado entre US\$75 milhões e US\$700 milhões) e registrante não antecipada (valor agregado de mercado até US\$75 milhões). Desta forma, a preferência pelo período de pesquisa estabelecido se deve ao fato de 2006 ter sido o primeiro exercício para o qual as empresas estrangeiras classificadas como Registrantes Antecipadas de Grande Porte foram obrigadas a certificar seus controles internos de acordo com a seção 404 da SOX, caso da maioria das companhias objeto do estudo.

Para identificar as empresas que relataram fraquezas materiais nos controles internos, referentes ao período de 2006 a 2016, bem como os tipos de fraquezas apontadas, foi realizada uma pesquisa documental em seus Formulários 20-F. A estrutura deste formulário abrange: Parte I - informações sobre o mercado e a empresa, riscos, projeções, conselheiros, controles

internos, políticas de governança corporativa e informações sobre acionistas; Parte II - informações sobre controles internos, *financial expert* do comitê de auditoria, código de ética e conduta e honorários do auditor externo; e Parte III - demonstrações financeiras, notas explicativas e anexos, incluindo o parecer dos auditores independentes e a certificação do CEO/CFO sobre a divulgação e responsabilidade pelas informações (Seções 302 e 906 da SOX).

Foi analisado o item *Controles e Procedimentos* deste formulário, que na maioria dos casos é o item 15, no qual constam os seguintes relatórios: a) Avaliação de Controles e Procedimentos de Divulgação: apresenta o resultado da avaliação do controle interno de uma maneira geral, indicando a responsabilidade da administração pelo sistema de controle interno da empresa; b) Relatório Anual da Administração sobre Controles Internos sobre Relatórios Financeiros: neste relatório o presidente da empresa e o diretor financeiro atestam a efetividade do controle interno sobre os relatórios contábeis, ou, no caso de existência de deficiências, relatam as fraquezas materiais encontradas nos controles internos; c) Relatório dos Auditores Independentes Registrados no PCAOB: atesta que a empresa de auditoria auditou a efetividade do controle interno sobre os relatórios contábeis.

A classificação dos tipos de fraquezas materiais nos controles internos com base na gravidade do problema de controle interno foi realizada conforme o sistema de categorização apresentado no estudo de Doyle, Ge e McVay (2007a) que propõe que as fraquezas materiais sejam classificadas em uma das seguintes categorias: Tipo A (menos grave) e Tipo B (mais grave). Quanto à natureza da fraqueza material, criou-se uma categorização baseada nos principais tipos de problemas observados neste estudo de forma semelhante ao que foi feito no estudo de Doyle, Ge e McVay (2007a), sem, necessariamente, utilizar a mesma categorização.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

A Tabela 1 apresenta a quantidade de empresas estrangeiras listadas na Bolsa de Nova Iorque que divulgaram ao menos uma fraqueza material nos controles internos no período de 2006 a 2016. Ao todo, 83 empresas divulgaram fraquezas materiais, sendo que, 45 (57%) divulgaram fraquezas em apenas um ano, 18 (23%) divulgaram em dois anos, 8 (10%) divulgaram em três anos e 8 (10%) divulgaram em quatro anos ou mais.

Tabela 1: Empresas estrangeiras listadas na NYSE com fraquezas materiais no período de 2006 a 2015

Ano	Nº de Empresas Estrangeiras com Fraquezas Materiais	Percentual em Relação ao Total de Empresas Estrangeiras
2006	19	10%
2007	16	7%
2008	13	6%
2009	11	5%
2010	15	6%
2011	18	7%
2012	10	4%
2013	12	4%
2014	20	7%
2015	18	7%
Total	152	100%

A Tabela 1 indica que o percentual de empresas estrangeiras listadas na Bolsa de Nova Iorque com fraquezas materiais em relação ao total de empresas estrangeiras listadas na Bolsa de Nova Iorque reduziu no período de 2006 a 2007, mas manteve-se entre 4% e 7% ao longo do período de 2007 a 2015. Este resultado demonstra que a redução do número de empresas

(norte-americanas e estrangeiras) com fraquezas materiais, observada no estudo de Calderon (2012), no período de 2004 a 2010, foi influenciado apenas pelas empresas norte-americanas (conforme o estudo, de 2004 a 2010, o percentual de registrantes antecipadas com fraquezas materiais reduziu de 20% para 5% em relação à sua categoria de arquivamento e o percentual de registrantes antecipadas de grande porte com fraquezas materiais diminuiu de 12% para 3% no período de 2004 a 2008).

A Figura 3 apresenta a quantidade de empresas emissoras de ADR listadas na NYSE com fraquezas materiais nos controles internos, no período de 2006 a 2015, por país. Verifica-se que a maior parte das empresas, são da China, seguidas do Canadá e do Brasil.

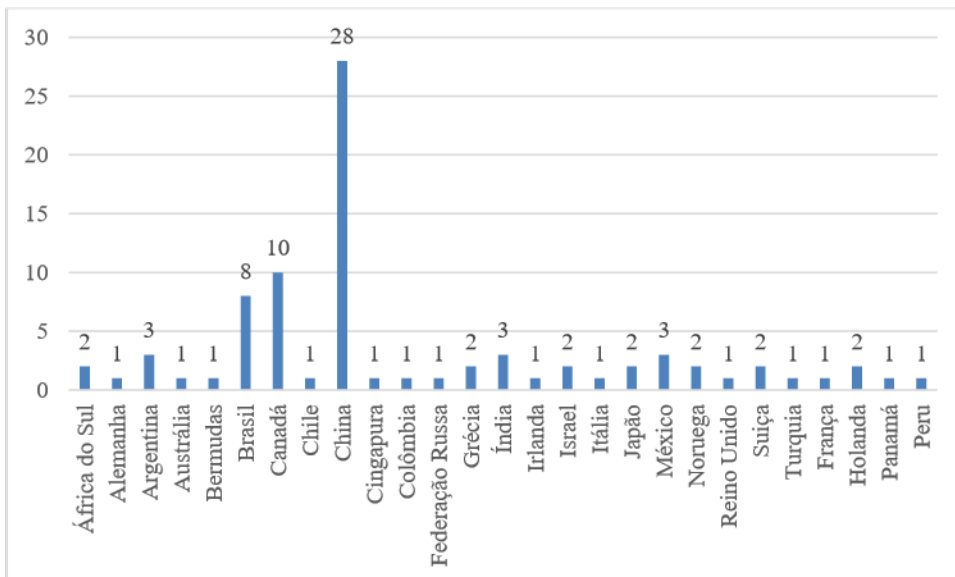


Figura 3: Empresas Emissoras de ADR listadas na NYSE com Fraquezas Materiais por País

Fonte: Elaborado pelos autores

No período de 2006 a 2015, foram reportadas 364 fraquezas materiais nos Formulários 20-F das empresas estrangeiras com ações listadas na Bolsa de Nova Iorque. Ressalta-se que as fraquezas materiais não remediadas foram contadas como novas fraquezas no exercício seguinte. As fraquezas foram classificadas, quanto à natureza, em 11 tipos, quais sejam: (1) Falta de Comprometimento da Alta Administração, (2) Documentação Contábil, Políticas e Procedimentos; (3) Preparação das Demonstrações Contábeis; (4) Gestão de Riscos; (5) Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Ativos/Passivos; (6) Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Receitas/Despesas; (7) Recursos e Competências/Formação do Pessoal de Contabilidade; (8) Segregação de Funções; (9) Supervisão/Monitoramento dos Controles Internos; (10) Tecnologia da Informação, Software, Segurança e Acesso; (11) Transações com Partes Relacionadas.

A Figura 4 mostra o percentual de fraquezas materiais nos controles internos, por natureza da fraqueza, em relação ao total de fraquezas identificadas.

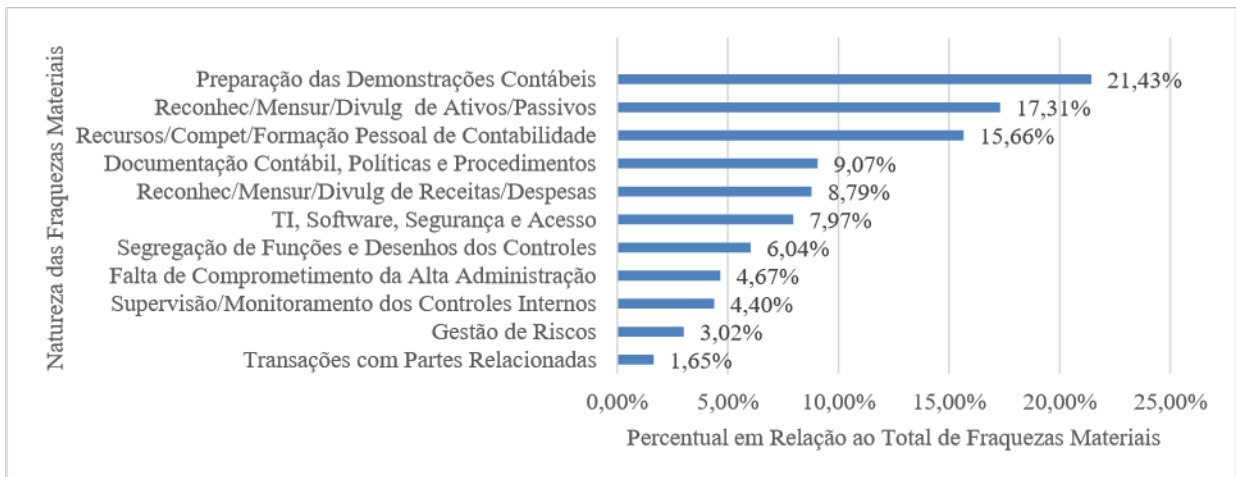


Figura 4: Natureza das Fraquezas Materiais Identificadas nos Controles Internos das Empresas Estrangeiras

A partir da Figura 4, verifica-se que, quanto à natureza, os três tipos mais recorrentes de fraquezas materiais nos controles internos das empresas estrangeiras foram: “Preparação das Demonstrações Contábeis” (21,43%), “Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Ativos/Passivos” (17,31%) e “Recursos e Competências/Formação do Pessoal de Contabilidade” (15,66%). As principais fraquezas materiais classificadas no primeiro grupo estão relacionadas à falta de controles para garantir que as demonstrações contábeis foram revisadas e validadas pelos níveis de alçada competentes, demonstrando a dificuldade das empresas estrangeiras para estabelecer níveis de autoridade e de responsabilidade no processo de preparação das demonstrações financeiras. As fraquezas materiais classificadas no segundo grupo referem-se à inexistência de controles em contas específicas de ativos/passivos para garantir que estas contas sejam reconhecidas, mensuradas e divulgadas conforme as normas internacionais de contabilidade, revelando a dificuldade de as empresas estrangeiras adaptarem seus processos para o atendimento às referidas normas. E, por fim, as fraquezas materiais classificadas no terceiro grupo apontam a dificuldade que as empresas estrangeiras possuem para recrutar pessoas com a experiência exigida para atuar de modo eficaz no processo contábil. Estes resultados divergem do estudo de Calderon (2012), que verificou que as fraquezas materiais predominantes nas empresas eram aquelas relacionadas à documentação contábil e políticas.

A Tabela 2 mostra a quantidade de fraquezas materiais nos controles internos divulgadas pelas empresas estrangeiras no período de 2006 a 2015 por natureza e setor.

Materiais Básicos foi o setor que apresentou o maior número de fraquezas (116, correspondendo a 32% do total), as quais estão relacionadas, principalmente, à “Preparação das Demonstrações Contábeis”, à “Documentação Contábil, Políticas e Procedimentos”, à “Segregação de Funções e Desenhos dos Controles”, aos “Recursos e Competências/Formação do Pessoal de Contabilidade” e ao “Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Ativos e Passivos”. No setor Industrial, segundo maior em número de fraquezas (52, correspondendo a 14% do total), a natureza mais recorrente é a “Preparação das Demonstrações Contábeis”, enquanto que, no setor de Tecnologia, terceiro maior em número de fraquezas (38, correspondendo a 10% do total), a natureza mais recorrente é “Recursos e Competências/Formação do Pessoal de Contabilidade”. Verifica-se, também, que no setor de Serviços Públicos, a maior parte das fraquezas se concentrou na “Preparação das Demonstrações Contábeis” e no “Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Ativos/Passivos”.

Tabela 2: Natureza das Fraquezas Materiais nos Controles Internos por Setor

Natureza das Fraquezas Materiais \ Setor	Setor										Total Geral
	Materiais Básicos	Industrial	Tecnologia	Serviços Públicos	Consumo Cíclico	Serviços Financeiros	Energia	Saúde	Consumo Defensivo	Serviços de Telecom	
Preparação das Demonstrações Contábeis	25	12	7	12	5	4	6	6		1	78
Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Ativos/Passivos	12	8	5	16	7	5	9	1			63
Recursos/Competências/Formação do Pessoal de Contabilidade	15	9	13		7	5	2	2	4		57
Documentação Contábil, Políticas e Procedimentos	16	2	4		2	7		1	1		33
Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Receitas/Despesas	8	7	2		5	6	2		2		32
Tecnologia da Informação, Software, Segurança e Acesso	3	5	6	4	5	2	3			1	29
Segregação de Funções e Desenhos dos Controles	16	2			1	3					22
Falta de comprometimento da alta administração	8			5			4				17
Supervisão/Monitoramento dos Controles Internos	2	4	1		5	2	1		1		16
Gestão de Riscos	8	1					2				11
Transações com Partes Relacionadas	3	2					1				6
Total Geral	116	52	38	37	37	34	30	10	8	2	364
	32%	14%	10%	10%	10%	9%	8%	3%	2%	1%	100%

Em relação à gravidade, das 364 fraquezas materiais nos controles internos identificadas, 113 foram consideradas do Tipo A e 251 foram consideradas do Tipo B. A fraqueza material Tipo A está relacionada com controles sobre saldos de contas específicas ou transações em nível de processos. Esse tipo de fraquezas materiais é possível de ser identificada em uma auditoria através de testes substantivos e, portanto, não representa uma preocupação tão grave quanto à confiabilidade das demonstrações financeiras. A fraqueza considerada Tipo B está relacionada com controles corporativos, tais como o ambiente de controle ou o processo global de emissão dos relatórios financeiros.

A partir da análise da Figura 5, verifica-se que todas as fraquezas materiais relacionadas ao “Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Receitas/Despesas” e a maior parte das fraquezas relacionadas ao “Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Ativos/Passivos” (94%) são consideradas fraquezas do Tipo A, ou seja, menos graves. Por outro lado, todas as fraquezas materiais relacionadas à “Falta de Compromisso da Alta Administração”, “Supervisão/Monitoramento dos Controles Internos”, “Segregação de Funções e Desenhos dos Controles”, “Recursos e Competência/Formação do Pessoal de Contabilidade” e “Documentação Contábil, Políticas e Procedimentos”, são do Tipo B. Isto porque estas fraquezas interferem no sistema de controles internos de forma corporativa.

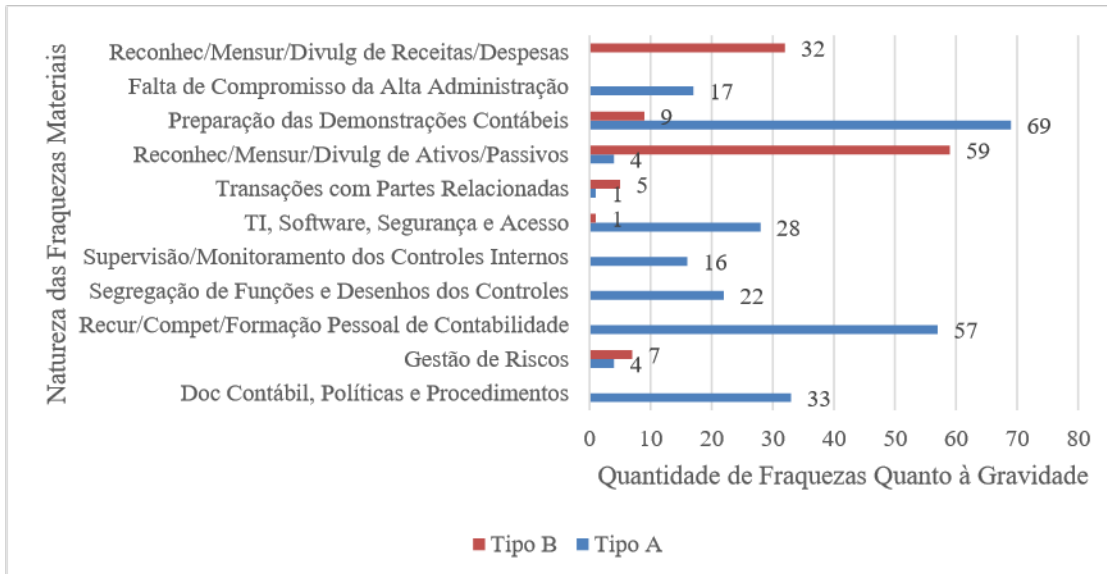


Figura 5: Gravidade das Fraquezas Materiais Identificadas nos Controles Internos das Empresas Estrangeiras
 A Tabela 3 apresenta uma síntese dos componentes de controle interno afetados pelas fraquezas materiais divulgadas pelas empresas estrangeiras por natureza das fraquezas. Verifica-se que o Ambiente de Controle e a Avaliação de Riscos foram os componentes mais afetados pelas fraquezas materiais e não houve divulgação de fraquezas que afetassem o componente Informação e Comunicação.

Tabela 3: Componentes do Controle Interno Afetados pelas Fraquezas Materiais

Natureza das Fraquezas Materiais	Ambiente de Controle	Atividades de Controle	Atividades de Monitoramento	Avaliação de Riscos
Preparação das Demonstrações Contábeis	13			65
Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Ativos/Passivos				63
Recursos e Competências/Formação do Pessoal de Contabilidade	56			1
Documentação Contábil, Políticas e Procedimentos	32	1		
Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Receitas/Despesas				32
Tecnologia da Informação, Software, Segurança e Acesso		29		
Segregação de Funções e Desenhos dos Controles	1	21		
Falta de comprometimento da alta administração	17			
Supervisão/Monitoramento dos Controles Internos	9	1	6	
Gestão de Riscos				11
Transações com Partes Relacionadas				6
Total	128	52	6	178

O ambiente de controle abrange a integridade e os valores éticos da organização; os parâmetros que permitem à estrutura de governança cumprir com suas responsabilidades de supervisionar a governança; a estrutura organizacional e a delegação de autoridade e responsabilidade; o processo de atrair, desenvolver e reter talentos competentes; e o rigor em torno de medidas, incentivos e recompensas por performance. O ambiente de controle resultante tem impacto pervasivo sobre todo o sistema de controle interno. Os principais tipos de fraquezas que afetaram o Ambiente de Controle estão relacionados aos Recursos e Competências/Formação do Pessoal de Contabilidade, à Documentação Contábil, Políticas e Procedimentos e à Falta de Comprometimento da Alta Administração.

Uma condição prévia à Avaliação de Riscos é o estabelecimento de objetivos, ligados aos diferentes níveis da entidade. A administração deve especificar os objetivos operacionais, de divulgação e de conformidade, com clareza suficiente para identificar e analisar os riscos à realização desses objetivos. As fraquezas materiais que mais afetaram este componente dos controles internos são aquelas relacionadas à Preparação das Demonstrações Contábeis, ao Reconhecimento, Mensuração e Divulgação de Ativos/Passivos e ao Reconhecimento,

Mensuração e Divulgação de Receitas e Despesas, justamente pelo fato de as empresas que divulgaram estas fraquezas materiais não conseguirem especificar de forma adequada os objetivos de divulgação financeira e, conseqüentemente, não conseguirem identificar e analisar os riscos relacionados a estes objetivos, bem como os controles adequados para mitigação destes riscos.

As Atividades de Controle podem ter natureza preventiva ou de detecção e abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e revisões de desempenho do negócio. A segregação de funções é geralmente inserida na seleção e no desenvolvimento das atividades de controle. As principais fraquezas materiais que afetaram este componente do controle interno foram aquelas relacionadas à Tecnologia da Informação, Software, Segurança e Acesso e à Segregação de Funções e Desenhos dos Controles.

As Atividades de Monitoramento foram impactadas apenas pelas fraquezas materiais relacionadas à Supervisão/Monitoramento dos Controles Internos, tendo em vista que as empresas que relataram estas fraquezas deixaram de realizar ou não realizaram adequadamente avaliações contínuas para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes dos controles internos.

5 CONCLUSÕES

Nesta pesquisa, buscou-se analisar as fraquezas materiais relatadas nos Formulários 20-F referentes ao período de 2006 a 2015 das empresas emissoras de ADRs e descrever a natureza e a gravidade das fraquezas materiais mais recorrentes no período para estas empresas. A amostra da pesquisa compreendeu 79 empresas não norte-americanas emissoras de ADRs que apresentaram fraquezas materiais no período de 2006 a 2015.

O número de empresas estrangeiras com fraquezas materiais relatadas manteve-se ao longo do período estudado. Isto revela que as empresas precisam reforçar seus controles internos. Dois fatores que podem contribuir para isto é o fortalecimento da equipe de auditoria interna e o reporte de relatórios dos auditores internos ao comitê de auditoria do conselho de administração das empresas.

As fraquezas materiais relacionadas à preparação das demonstrações contábeis; reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos/passivos e recursos e competências/formação do pessoal de contabilidade em particular persistem através dos anos. Estes resultados divergem do estudo de Calderon (2012), que verificou que as fraquezas materiais predominantes nas empresas eram aquelas relacionadas à documentação contábil e políticas.

Os resultados da pesquisa mostram que quatro dos cinco componentes de controle interno apontados pelo COSO (2013) foram afetados por fraquezas materiais, quais sejam: ambiente de controle, atividades de controle, atividades de monitoramento e avaliação de risco. O componente não afetado foi informação e comunicação. O componente mais afetado foi a avaliação de riscos, tendo em vista que a natureza mais recorrente de fraquezas materiais, relacionada à preparação das demonstrações financeiras, deve-se ao fato de as empresas estrangeiras não conseguirem especificar de forma adequada os objetivos de divulgação financeira e, conseqüentemente, não conseguirem identificar e analisar os riscos relacionados a estes objetivos, bem como os controles adequados para mitigação destes riscos.

Sugere-se, para futuras pesquisas, que se avalie os tipos de deficiência mais comuns de acordo com o sistema jurídico de cada país e realizar uma análise dos relatórios de auditoria independente das empresas com fraquezas materiais, no intuito de verificar se eles registram algum tipo de ressalva associada a essas fraquezas materiais.

REFERÊNCIAS

- ASHBAUGH-SKAIFE, Hollis; COLLINS, Daniel W.; KINNEY Jr, William R; LAFOND, Ryan. The effect of SOX internal control deficiencies and their remediation on accrual quality. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 83, n. 1, p. 217-250, Jan. 2008.
- _____. The effect of SOX internal control deficiencies on firm risk and cost of equity. **Journal of Accounting Research**, Chicago, v. 47, n. 1, p. 1-43, Mar. 2009.
- CALDERON, Thomas. Material Internal Control Weakness reporting since the Sarbanes-Oxley Act. **The CPA Journal**. v. 82, n.8, p. 20, 2012.
- DOSS, Michael; JONAS, Gregory. Section 404 reports on internal control: impact on ratings will depend on nature of material weaknesses reported. **Moody's Investors Service, Global Credit Research**, October, 2004.
- DOYLE, Jeffrey; GE, Weili; McVAY, Sarah. Accruals quality and internal control over financial reporting. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 82, p. 1141-1170, Out. 2007.
- _____. Determinants of weaknesses in internal control over financial reporting. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 44, n. 1/2, p. 103-223, Set. 2007.
- FREZATTI, F.; JUNQUEIRA, E. R.; NASCIMENTO, A. R. do; RELVAS, T. R. S. Proposta de tratamento abrangente dos problemas relacionados ao orçamento: análise substantiva com utilização da Grounded Theory. In: XXXIII Encontro da ANPAD, 2009, São Paulo. **Anais XXXIII Encontro da ANPAD**, São Paulo/SP, 2009.
- GE, Weili; MCVAY, Sarah. The disclosure of material weaknesses in internal control after the Sarbanes-Oxley Act. **Accounting Horizons**, Sarasota, v. 19, n. 3, p. 137-158, Set. 2005.
- HAMMERSLEY, Jacqueline S.; MYERS, Linda A.; SHAKESPEARE, Catherine. **Market reactions to the disclosure of internal control weaknesses and to the characteristics of those weaknesses under section 302 of the Sarbanes Oxley Act of 2002**. 2005. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=951085. Acesso em: 12 ago 2015.
- JOHNSTONE, Karla M.; LI, Chan; RUPLEY, Kathleen Hertz. Changes in corporate governance associated with the revelation of internal control material weaknesses and their subsequent remediation. **Contemporary Accounting Research**. 28 (1): 331-383, 2011.
- OLIVEIRA, Marcelle Colares; LINHARES, Juliana Silva. A implantação de controle interno adequado às exigências da Lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – um estudo de caso. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 4, n. 2, pp. 160-170, 2007.
- PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD. **Auditing Standard 2**. 2004. Disponível em: http://pcaobus.org/Standards/Auditing/Pages/Auditing_Standard_2.aspx. Acesso em: 15 abr 2015.
- _____. **Auditing Standard 5**. 2007. Disponível em: http://pcaobus.org/Standards/Auditing/Pages/Auditing_Standard_5.aspx. Acesso em: 14 mar 2015.